

Ata da 334a. sessão do Conselho da
Ordem dos Advogados do Brasil, Sec-
ção de Pernambuco.

Ao primeiro dia do mês de ou-
tubro de mil novecentos e cinquenta e
nove (1959), em sua sede no Palácio
da Justiça, reuniu-se o Conselho da Or-
dem dos Advogados do Brasil, Seção de
Pernambuco, sob a presidência do dr. José
Cavalcanti Neves, servindo como secretári-
-os os Conselheiros Reinaldo Câmara e Luiz
Rafael Mayer, presentes ainda os Conselheiros João
Pinto Leão, Geraldo José de Almeida, José Maurício
Accioly, Sigmundo Cabral de Melo, Antonio Ferri-
-ra Magalhães, Sérgio Figueiro Dias dos Santos, Adauto
José de Melo, Paulo Rangel Moreira, Jorge Leal-
-meiro da Cunha e Carlos Martins Moreira. In-
icialmente o presidente comunicou que por mo-
tivos justificados a secretaria não tinha redi-
gido para apreciação do Conselho, a ata da
sessão anterior, ficando a mesma para
aprovação na próxima reunião. Em seguida
o presidente comunicou ao Conselho que re-
cebera um ofício da direção do Congresso Ju-
rídico do Ceará, comemorativo do centenário de
nascimento do jurista Celso Bevilacqua, a
realizar-se entre os dias quatro e dez, do mês
em curso. Naquele documento o presidente
da Seção pernambucana da Ordem era-
convidado a participar do certame e, caso o Con-
selho aprovasse, o mesmo iria à capital -

careuse representando oficialmente a Secção. A aprovação foi concedida tendo o presidente informado ao Conselho que outros advogados do Recife participariam do encontro, mas não como representantes da entidade de classe. Entre aquêles, citem os dros. Torquato de Castro e José Paulo Levalcanti, que apresentariam teses ao Congresso. Ainda ligado ao assunto, foi debatida a sugestão de promover a Ordem uma reunião em homenagem à memória de Celso Bevilacqua, ficando a ideia aprovada, em tese, discutindo-se a execução quando do regresso do presidente de sua viagem ao Ceará. Nesta reunião seria, como ponto principal, proferida uma conferência por pessoa convidada especialmente. Em seguida, foram submetidos à deliberação do Conselho os seguintes pedidos de inscrição, que obtiveram deferimento: pelas inscrições provisórias no quadro de advogados dos bacharéis José Fernandes Filho, com impedimento contra a Fazenda Estadual e Edmundo Jerclão de Vasconcelos Sobrinho, sem impedimentos; pela inscrição definitiva no quadro de Advogados do bacharel Theodoro Câmara Reis, sem impedimento. Os pedidos idênticos feitos por bacharéis que exercem profissão de militar, dos senhores Carlos Autório de Souza Frazz e Gilvandro Guedes Raposo, não lograram deferimento, por julgar a maioria que não podem os militares inscrever-se como advogados. Contra essa decisão da maioria votaram os Conselheiros Carlos Martins Moreira, José

Peixeiro Leino, Antônio Magalhães e Sigismundo Leal de Melo. O processo em que o Adv. Alcione Melo pede inscrição foi retirado de pauta por haver o Conselheiro Carlos Moreira pedido vista. O presidente chamou a atenção do Conselho para o ato do governo do Estado que nomeou comissão especial com a finalidade de elaborar um anteprojeto do regimento de custas para substituir o atual desatualizado e prejudicial aos interesses dos servidores da Justiça. Na comissão advertiu o presidente onde constava um representante da Ordem e um representante de outras categorias interessadas, o governo pusera dois representantes do Ministério Público, o que lhe parecia prejudicial ao equilíbrio que deveria reinar nas deliberações da Comissão. Debatido o assunto, o Conselho, contra os votos dos conselheiros Rinaldo Guimarães e Luiz Rafael Mayer, decidiu determinar fosse oficiado ao secretário da Justiça propondo que o Ministério Público tivesse apenas um voto nas deliberações da Comissão, embora nada fosse oposto à presença dos dois ilustres membros do Ministério Público nomeados, cuja colaboração seria das mais valiosas. A questão se resumia, apenas, no equilíbrio nas votações, quanto às categorias ali representadas. O Conselho aduziu a esta determinação do ofício ao Sr. Secretário do Interior e Justiça uma recomendação ao representante da Ordem naquela Comissão



para que sustentasse, perante a mesma, o ponto de vista da maioria, com a qual, - aliás, votou o dr. Theraldo José de Almeida. Em seguida o presidente informou que continuavam sem pagar seus débitos para com os copres da entidade vários advegos - dos pelos quais a Ordem havia pago prêmios de seguro de vida. O Conselho decidiu que fosse feito novo apêlo aos devedores, depois do que a presidência deveria proporcionar os meios judiciais para reclinhamento do débito e, inclusive, suspendendo os associados do exercício da profissão, por não estarem quites com a entidade, como determina a lei. Outrossim que não se voltasse à prática desses pagamentos que foram antecipados como colaboração aos associados, mas que não encontrara reciprocidade nos casos em tela. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, do que, para constar, lerei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por mim secretário, assinada, juntamente com o sr. Presidente, em tempo: No momento que foram julgados os processos de inscrição de militares, não mais se encontrava na sessão o cons. Sérgio Gligzino, que havia se retirado por motivo de doença.

Jr. Canalcanti - 1º secretário
 Remalao Obama - 2º secretário ad-hoc.
 Telôgio Silveira - 1º secretário ad-hoc.